

Relatório de Atividades 2013



Relatório de Atividades 2013



AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE

apambiente.pt

FICHA TÉCNICA

Título: Relatório Anual de Atividades da Agência Portuguesa do Ambiente 2013

Editor: Agência Portuguesa do Ambiente

Data de Edição: Julho 2015

Coordenação Global: Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente 2013

Coordenação Técnica: Dra. Angelina Castro e Dra. Elisabete Almeida (DFIN)

Equipa Técnica: Lúcia Gomes e Carla Brito – (DFIN)

Design e Paginação: DCOM

ÍNDICE

1. RESUMO.....	4
2. ORIENTAÇÕES GERAIS PROSEGUIDAS PELA APA.....	7
3. ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PROSEGUIDAS PELA APA.....	8
4. PROJETOS E ATIVIDADES IMPLEMENTADOS.....	8
5. AFETAÇÃO DE RECURSOS.....	31
5.1. RECURSOS HUMANOS.....	31
5.2. RECURSOS FINANCEIROS.....	31
6. ANÁLISE E CONCLUSÕES PROSPETIVAS.....	33
ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS.....	34
ACRÓNIMOS	35

1. RESUMO

O ano de 2013 foi particularmente difícil do ponto de vista conjuntural, uma vez que em resultado do contexto de restrição orçamental e da desaceleração do investimento público, e com o agravamento das medidas de austeridade, foi iniciada a primeira fase da consolidação do processo de fusão dos 9 organismos que deram origem à Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA).

A APA deu continuidade aos projetos essenciais ao cumprimento da sua Missão e dos objetivos estratégicos definidos, priorizando os projetos que evidenciassem a eficácia do investimento, através da eficiência operacional, desburocratização e simplificação de procedimentos com recurso à inovação tecnológica e melhoria dos sistemas, visando incrementar a capacidade de resposta, com o intuito de melhorar o atendimento e de aumentar a satisfação dos *stakeholders* e da Sociedade, garantindo também todas as atividades associadas à prevenção e redução de riscos por via das alterações climáticas e outros fenómenos, aumentando a segurança de pessoas e bens e potenciando o desenvolvimento sustentável dos recursos ambientais.

Assim, em linha com o Programa de Governo, com as Grandes Opções do Plano 2012-2015, e com a Estratégia Orçamental 2011-2015, a APA teve como principais prioridades de ação:

- A sua reorganização interna, dando especial ênfase à eficiência de gestão de recursos e da informação e à racionalização de custos, focalizando-se essencialmente na harmonização, simplificação e desmaterialização dos processos chave, na interoperabilidade e consolidação dos sistemas de informação existentes e no

desenvolvimento de um Sistema Integrado para o Licenciamento do Ambiente (SILiAmb). Neste âmbito importa salientar a realização da consolidação da infraestrutura tecnológica, com reforço de capacidade de processamento e de armazenamento, a implementação de um novo sistema de Gestão Documental (FILEDOC), a implementação de um único sistema de gestão de assiduidade com controlo Biométrico para toda a APA, a implementação de um sistema de Correio eletrónico único, baseado num só domínio *apa.local* e de uma Rede Unificada da APA, com a utilização de um espaço de endereçamento único, bem como um domínio transversal (*apa.local*). Foi iniciado o processo de descontinuação do Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente (SIRAPA), baseado em *software* proprietário, efetuando a migração dos seus módulos para o SILiAmb e o desenvolvimento de novas funcionalidades, nomeadamente na área do licenciamento de Recursos Hídricos. No âmbito da consolidação interna da APA importa ainda referir a reestruturação da rede de laboratórios e a implementação de novas metodologias analíticas.

- O reforço de ações de cooperação externa e o estabelecimento de parcerias com os *stakeholders* estratégicos e de iniciativas de participação pública e de partilha de boas práticas, com países europeus e da Comissão dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), bem como com entidades internacionais e nacionais parceiras, criando sinergias, nomeadamente no âmbito da Cidadania e Educação Ambiental, Alterações Climáticas, Investigação e Informação na área do Ambiente. Neste âmbito destacaram-se as iniciativas associadas à Comissão para a

Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção sobre Cooperação para a Proteção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (CADC), ao projeto *Public Partnership for Better Innovation Policies and instruments in Support of Eco-Innovation* (ECOPOL) e à Conferência de Diretores Ibero-Americanos da Água (CODIA). Neste âmbito importa salientar a realização do curso de reforço institucional das administrações de recursos hídricos da CPLP, Maputo (31 de maio a 1 de junho de 2013) iniciativa organizada conjuntamente com o Brasil e que contou com a participação de 23 elementos de cinco países, e do 12º Curso de Exploração e Segurança de Barragens.

- O reforço dos mecanismos de comunicação Interna e das iniciativas de educação e cidadania ambiental, nomeadamente as que visaram reforçar a marca “APA” em diversos fóruns nacionais e internacionais e junto dos principais órgãos de comunicação social. Neste âmbito importa salientar as atividades associadas ao “Projeto 80” e aos programas “praia acessível, praia para todos” e “praia Saudável”.
- A Intensificação das ações de proteção de pessoas e bens, com prioridade para a implementação do Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral (PAPVL), bem como para a reformulação e reabilitação das redes de monitorização ambientais (água, ar, clima, solos), e consolidação dos sistemas de vigilância e alerta de riscos.
- A consolidação dos principais instrumentos de planeamento ambiental, nomeadamente a reativação do Programa Nacional para o Uso

Eficiente da Água (PNUEA) e a definição das linhas de articulação entre o PNUEA e os novos Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH), para que predomine uma abordagem integrada e complementar destes dois importantes instrumentos de planeamento. Iniciou-se a também reformulação do Plano Nacional da Água (PNA), a Revisão dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), a elaboração da 2ª geração de Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH), do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e dos Sistemas de Águas Residuais (PENSAAR 2020) e a conclusão da elaboração do Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2020) e da 1.ª fase do processo de revisão da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC) e a elaboração do relatório de progresso dando conta do balanço da primeira fase do trabalho com vista à determinação de orientações para o início da 2.ª fase da estratégia a implementar em 2014.

O ano de 2013 foi declarado pela união Europeia, como o “Ano do Ar”. Neste âmbito iniciaram-se os trabalhos conducentes à elaboração da Estratégia Nacional para um ar mais limpo – ENAR 2014-2020 e deu-se continuidade à adaptação do Plano de ação da Qualidade do Ar à Diretiva relativa à qualidade do ar ambiente e a um ar mais limpo na Europa, bem como foi efetuado o acompanhamento da revisão da estratégia temática para a poluição atmosférica, promovendo os instrumentos de melhoria da qualidade do ar.

No âmbito dos resíduos foram definidas linhas de orientação para a implementação do Plano Estratégico de Abastecimento de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020) e da monitorização do Plano Estratégico dos Resíduos Urbanos 2007-2016 (PERSU II), a revisão do Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR) e do Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Industriais (PESGRI) e a

elaboração do Relatório Anual de Resíduos Urbanos (RARU 2011 e 2012).

- A consolidação do quadro legal de suporte à política ambiental, nomeadamente a aplicação do Regime Geral de Gestão de Resíduos; a revisão do Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), que culminou na publicação a 31 de outubro deste ano, do Decreto-lei nº 151-B/2013; a revisão da Diretiva n.º 2011/92/EU (Diretiva AIA) e a transposição de Diretivas Europeias, nomeadamente a Diretiva de Emissões Industriais (Diretiva 2010/75/CE relativa às Emissões Industriais, transposta através do Decreto-Lei nº 127/2013 de 30 de agosto), e a Diretiva sobre o Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE). Importa ainda referir a implementação do Regime de Responsabilidade Ambiental, do Regime CELE e da Diretiva Quadro da Água (DQA), com a implementação da Diretiva relativa à Avaliação e Gestão dos Riscos de Inundações, dando início ao desenvolvimento e implementação dos planos de gestão de risco de cheias.
- A integração e simplificação dos regimes de licenciamento, contraordenacional e económico-financeiro, em particular a implementação na área ambiental do sistema de indústria responsável (SIR), fortemente associado ao SILiAmb. Com a implementação do SILiAmb foi iniciado o processo de harmonização e simplificação dos procedimentos e processos associados ao licenciamento ambiental e a reforma de instrumentos financeiros de ambiente, como a taxa de gestão de resíduos (TGR), a taxa de gestão de recursos hídricos (TRH) e de várias taxas associadas ao carbono.

Iniciou-se também uma nova geração de licenciamento em matéria de fluxos específicos de resíduos (embalagens, resíduos elétricos e eletrónicos, óleos minerais usados, etc...).

- A criação de metodologias e estratégias para o desenvolvimento e implementação de um modelo nacional de economia verde e de desenvolvimento sustentável.

De salientar que os principais constrangimentos na execução dos projetos e atividades prenderam-se essencialmente com variáveis exógenas à APA, nomeadamente as incertezas regulamentares, à tramitação dos procedimentos administrativos inerentes ao processo de contratação pública, em particular na obrigatoriedade de emissão de pareceres prévios vinculativos (pareceres prévios SEAP, SEO, AMA e ESPAP), condicionando em alguns casos a implementação de uma série de projetos, atendendo ao tempo de espera na emissão do parecer prévio autorizador. Isto refletiu-se numa baixa taxa de execução do orçamento de investimento, na ordem dos 15,5%. (dos 50,9 M€ previstos foram apenas executados 7,9 M€).

Contudo, apesar dos vários constrangimentos referenciados, a APA alcançou uma significativa taxa de execução física dos projetos e atividades essenciais planeadas para 2013. Os projetos e atividades que dependiam maioritariamente de recursos internos apresentaram mesmo um grau de execução elevado (vide projetos e atividades). A competência técnica e o empenho e motivação dos colaboradores da APA, foi a força motriz dos resultados que aqui se apresentam. A capacidade de resiliência, adaptação às exigências diárias e à incerteza, e orientação para os resultados foram a chave para o sucesso da concretização dos objetivos propostos para 2013.

2. ORIENTAÇÕES GERAIS PROSEGUIDAS PELA APA

O NOSSO COMPROMISSO



FIGURA 1 – MISSÃO, LEMA E VISÃO

No ano de 2013, pretendeu-se assegurar o cumprimento de um conjunto de objetivos, nos quais foram incluídas iniciativas significantes para a atividade global e transversal da APA, e que potenciaram o impacto das políticas públicas em matéria de ambiente numa lógica de desenvolvimento social e económico do País.

OS NOSSOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



OE 1 – Aumentar o nível de proteção, recuperação e valorização dos ecossistemas



OE 2 – Aumentar o nível de proteção de pessoas e bens face a situações de risco



OE 3 - Melhorar o conhecimento e a informação sobre o ambiente



OE 4 – Reforçar a participação pública e assegurar o envolvimento das instituições



OE 5 – Garantir a excelência no desempenho das competências atribuídas

3. ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PROSEGUIDAS PELA APA

Para a operacionalização da estratégia foram definidas para 2013, as seguintes Prioridades de Ação, nas quais se enquadraram os seguintes projetos e atividades:

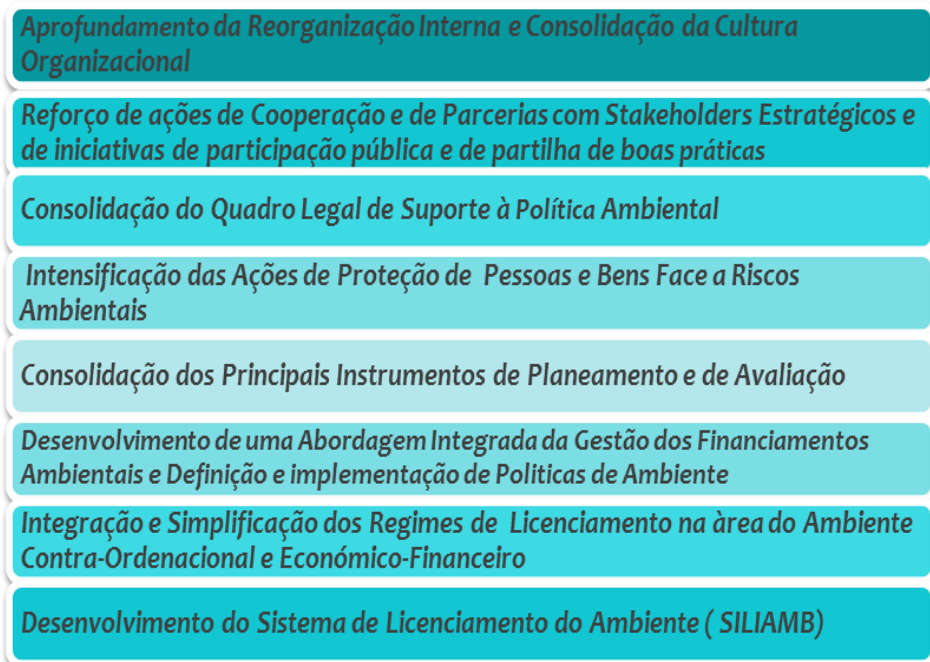


FIGURA 3 – PRIORIDADES DE AÇÃO

4. PROJETOS E ATIVIDADES IMPLEMENTADOS

Em 2013, a Apa definiu como prioritários os seguintes projetos e atividades que contribuíram para alavancar os objetivos estratégicos definidos, e de certa forma

responder às necessidades de ação nos principais eixos da sua atividade consideradas prioritárias.

APROFUNDAMENTO DA REORGANIZAÇÃO INTERNA E CONSOLIDAÇÃO DA CULTURA ORGANIZACIONAL

A APA, tendo concentrado as atribuições e recursos de diversas entidades, apostou prioritariamente, com competências tão abrangentes e equipas deslocalizadas, na reorganização interna e na consolidação da cultura organizacional dando especial ênfase na eficiência de gestão de recursos e da informação e na racionalização de custos. Deste

modo, em 2013 focalizou-se na harmonização, simplificação e desmaterialização dos processos chave, na interoperabilidade e consolidação dos sistemas de informação existentes e no desenvolvimento SILiAmb.

INTEROPERABILIDADE E CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE SUPORTE

Neste âmbito foram executadas as seguintes atividades:

- Consolidação da infraestrutura tecnológica, com reforço da capacidade de processamento e de armazenamento.
- Implementação de um novo Sistema de Gestão Documental (FILEDOC), com a integração do histórico de todos os anteriores Sistemas em utilização.
- Implementação de um sistema de Correio eletrónico único, baseado num só domínio “apa.local”, o que implica a necessidade de licenciamento para uma única licença de Exchange.
- Implementação de uma plataforma única para funcionar em modo colaborativo dentro da APA.
- Implementação da Rede Unificada da APA, com a utilização de um espaço de endereçamento único, e de um domínio transversal (apa.local).
- Implementação de um sistema de segurança de perímetro, garantindo uma gestão centralizada e com políticas globais dos acessos e utilização dos recursos informáticos da APA.
- Aquisição de equipamentos de Desktop Virtual para testes, apostando fortemente na virtualização, resultando essa experiência da futura política de gestão do parque informático da APA.
- Desenho e arranque do procedimento para a consolidação e gestão do parque de impressão num único contrato, com políticas globais definidas em função do histórico e das funções atribuídas à APA.
- Novo contrato de telemóveis, baseado numa política de grande contenção, garantindo a

necessária ligação aos colaboradores da APA, que dela necessitam.

- Novo modelo de comunicações fixas baseadas em VOIP (Voz sobre IP), com a implementação na sede da APA de um projeto que serve de base para alavancar todo um processo que visa a utilização dessa tecnologia como base para a voz fixa.
- Foram levados a cabo durante o ano testes relativos a um Sistema de Videoconferência baseada em IP, que visa patrocinar a ligação visual entre colaboradores internos e externos à APA, garantindo assim economia em comunicações e deslocações.
- Implementação do processo de Contraordenações com base em BPM.
- Implementação de um novo sistema de gestão de assiduidade com controlo Biométrico para toda a APA.
- Iniciados os procedimentos com vista à aquisição e implementação de um ERP (*Enterprise Resource Planning*) para gestão de faturação certificada com capacidade de gerir a receita da APA, interligando um módulo de cobrança com os cálculos de taxas ao nível do negócio.

INTEROPERABILIDADE E CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE “NEGÓCIO” E DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO DO AMBIENTE (SILiAMB)

Ao nível dos “sistemas de negócio” foram executadas as seguintes tarefas:

SILiAmb

- Descontinuação do SIRAPA, baseado em software proprietário, efetuando a migração dos seus módulos para o SILiAmb.
- Desenvolvimento de novas funcionalidades para o licenciamento de Recursos Hídricos.

- Desenvolvimento do módulo Movimento Transfronteiriço de Resíduos (MTR);
- Desenvolvimento do módulo Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR).
- Conceção e desenho do Modelo de Dados que permitirá a integração dos restantes Módulos SIRAPA ainda não migrados (Pollutant Release and Transfer Register (PRTR), Mapa Integrado de Registos de Resíduos (MRRU), Movimento Transfronteiriço de Resíduos (MTR Laranja), Relatório de Emissões de Gases com Efeito de Estufa (REGEE), etc.).
- Desenvolvimento de Formulários de Reporte de Gases Fluorados e de Inventário de policlorobifenilos (PCB).
- Alojamento interno do “Sistema Previsão e Cumprimento de Quioto”, o que permitiu reduzir custos.
- Alojamento interno dos Sistemas legados dos Planos de Região Hidrográfica das ex-ARHs, permitindo a redução de custos.

SniAmb

- Novo sistema de informação sobre barragens, com especial ênfase para as áreas da inspeção e segurança.
- Nova base de dados geográfica baseada em *software* aberto, consolidando o SniAmb como integrador de toda a informação ambiental e Geográfica da APA.
- Virtualização da infraestrutura tecnológica do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH) e do Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos (SVARH).
- Novo portal de metadados de acordo com a Diretiva da Infraestrutura Europeia de Informação Geográfica (INSPIRE).
- Nova plataforma para visualizadores geográficos.
- Integração do QualAR no SNIAMB.

- Novo portal do AIA Digital integrando sistemas e informação dispersa, desde que o sistema foi herdado do ex-Instituto Promoção Ambiental (ex-IPAMB).

CONSOLIDAÇÃO DA ESTRUTURA DA REDE LABORATORIAL

No processo de consolidação da estrutura da rede laboratorial foram uniformizados os procedimentos e criada uma bolsa de auditores internos, racionalizando recursos e aumentando a eficiência do serviço com redução dos custos com subcontratação de análises e com a realização de auditorias com recurso a *outsourcing*. No âmbito da acreditação e certificação da rede laboratorial definiu uma política de qualidade única com a integração dos requisitos da acreditação (ISO 17025) e certificação (ISO 9001). Foram acreditadas todas as unidades da rede laboratorial da APA, promovendo-se a extensão do âmbito da acreditação do LRA de 3 para 70 parâmetros obtendo-se uma melhoria qualitativa na oferta do serviço prestado. Foi elaborada uma tabela de preços comum para toda a rede laboratorial da APA a qual incorporou critérios de competitividade de mercado.

COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

No âmbito da Comunicação apostou-se no reforço dos mecanismos de comunicação Interna e das iniciativas de promoção das atividades desenvolvidas pela APA junto do público.

Atendimento e Comunicação

As atividades desenvolvidas visaram essencialmente reforçar a marca “APA” em diversos *fóruns*, ações e iniciativas nacionais e internacionais e garantir uma presença favorável desta organização nos principais órgãos de comunicação social.

A necessidade de um relacionamento célere e eficaz com a comunicação social deu origem à produção de um conceito estratégico e ao correspondente fluxograma de forma a agilizar a interação institucional entre a APA, a tutela e os jornalistas que cobrem a temática ambiental.

Ainda no âmbito da comunicação externa iniciou-se o processo de reformulação da página da *internet* da APA.

O ano de 2013 foi declarado pela União Europeia, como “Ano do AR” e sobre esta temática foram levadas a cabo diversas ações no domínio da comunicação e sensibilização tendo em vista alertar consciências para as consequências na saúde humana da persistência de problemas de poluição atmosférica, destacando-se as seguintes:

- Parecerias com o Lisboa *International Triathlon* e Câmara Municipal de Lisboa, para a realização de um evento satélite da *Green Week - Lisboa Bike Tour* to a *Clean Air*, e com a Delta cafés para uma campanha de divulgação de mensagens nos pacotes de açúcar.
- Foi criado um logotipo alusivo ao Ano do Ar e um destaque no sítio da APA para uma ampla divulgação das atividades desenvolvidas no decurso deste ano.
- Realização do Seminário inserido na campanha “*A World you Like*” com a Comissão Europeia do Clima (junho 2013) e do Seminário internacional sobre Adaptação (outubro 2013).
- Preparação da 6.ª Comunicação Nacional no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas para o Combate às Alterações Climáticas (UNFCCC), com vista à elaboração e submissão da 6.ª Comunicação Nacional à Convenção

Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e 1.º Relatório Bianual.

- Lançamento do programa de Adaptação às Alterações Climáticas (AdaPT), no âmbito do Mecanismo Financeiro de Espaço Económico Europeu (MFEED).

Já no domínio da comunicação interna, foi elaborado um diagnóstico de situação que resultou no desenho de um conceito estratégico e estrutura para uma *intranet* única da APA.

Na área do atendimento foi assegurada a coordenação e operacionalização de um *helpdesk* de suporte à plataforma SIRAPA, através do qual foi prestado apoio a milhares de empresas.

Participação Pública

As atividades desenvolvidas tiveram como objetivos gerais assegurar os meios necessários à efetiva participação dos cidadãos e promover o direito de consulta e de acesso à informação em matéria de ambiente. No ano de 2013 foram iniciadas 26 Consultas Públicas no âmbito do procedimento de AIA e elaborados os respetivos relatórios. Foram também realizadas 8 reuniões técnicas com autarquias e 3 sessões de esclarecimento durante o período de consulta pública. Foram analisados e integrados nos relatórios de Consulta pública ou de Acompanhamento público cerca de 353 exposições de cidadãos, empresas, associações e outras entidades.

No âmbito do acompanhamento da *Convenção de Aarhus* foi preparada a 1.ª versão do 4º Relatório Nacional de Implementação da Convenção em Portugal e efetuadas as primeiras consultas públicas.

Educação e Cidadania Ambiental

Ao abrigo do protocolo de cooperação entre as tutelas do Ambiente e da Educação foi constituída

uma bolsa de professores (6 professores em mobilidade) destacados em organizações não-governamentais de ambiente de âmbito nacional, que desenvolvem projetos de educação ambiental para a sustentabilidade sob diversas metodologias e diferentes temáticas junto das comunidades escolares e a população em geral. Foi organizado o Seminário "Educação e Ambiente para a Sustentabilidade - Trabalho em rede, propostas de intervenção".

Foram realizadas todas as quartas-feiras, entre dezembro de 2012 e dezembro de 2013, num total de 44 sessões, pequenas conferências ou apresentação de livros abordando os mais variados aspetos relacionados com o ambiente de maneira a proporcionar perspetivas atuais e integradoras aos colaboradores da APA e ao público em geral, estimulando a construção de uma nova visão para estas temáticas.

No âmbito das celebrações do Dia Mundial de Ambiente, 5 de junho, a APA realizou um seminário cujo tema foi o "Cidadão do mundo, Cidadão no bairro, rumo a um ambiente mais sustentável".

Enquanto parceiro do "Projeto 80", a APA participou em todas as reuniões de trabalho, no roadshow do projeto 80 pelas escolas e como membro do júri dos projetos apresentados. A APA participou ainda como júri de diversos concursos, em seminários e palestras relacionados com a temática do ambiente e sustentabilidade.

A APA assegurou a coordenação nacional das iniciativas comunitárias "Semana Europeia da Mobilidade" e "Dia Europeu Sem Carros". Ainda no domínio internacional, assegurou a participação nacional na reunião anual dos *National Reference Centers* para o domínio da comunicação e colaborou

na organização de encontros internacionais realizados em Portugal. Ambas as iniciativas foram enquadradas no contexto da EIONET / Agência Europeia do Ambiente.

Em conjunto com o Instituto Nacional para a Reabilitação I.P (INR) a APA assegurou a sua participação no Programa "Praia Acessível, Praia para Todos!".

Assegurou também a sua participação no Programa *Praia Saudável* que tem como patrocinador exclusivo a Fundação Vodafone Portugal e como parceiros institucionais, a Direcção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM) / Instituto de Socorros a Náufragos (ISN), o INR e a Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE). Em 2013 foi celebrado um novo Protocolo pelo período de três anos, extensível por mais dois anos, no qual se reflete a experiência de oito anos de implementação, adequando os equipamentos e as ações de sensibilização de acordo com as indicações das entidades públicas parceiras.

ATIVIDADE INTERNACIONAL E COOPERAÇÃO EXTERNA

A APA apostou na intensificação de ações de cooperação e de parcerias com *Stakeholders* Estratégicos e de iniciativas de participação pública e de partilha de boas práticas, com países europeus e da CPLP, bem como com entidades internacionais e nacionais parceiras, criando sinergias, nomeadamente no âmbito da Cidadania e Educação Ambiental, Alterações Climáticas, Investigação e Informação na área do Ambiente. Neste âmbito foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Realização do Curso de capacitação no domínio dos recursos hídricos, Lisboa, 15 a 19 de abril, com a participação de 10 quadros superiores de cinco países.

- Realização do Curso de reforço institucional das administrações de recursos hídricos da CPLP, Maputo, 31 de maio a 1 de junho de 2013, iniciativa organizada conjuntamente com o Brasil e contou com a participação de 23 elementos de cinco países.
- Realização do 12º Curso de Exploração e Segurança de Barragens, com o apoio do LNEC, EDP e IST, na organização e na lecionação. A edição contou também com o apoio da CODIA e da CPLP.
- Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção sobre Cooperação para a Proteção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (CADC): Ao longo de 2013 a atividade bilateral no âmbito da CADC foi significativa, tendo envolvido trabalho de preparação da delegação portuguesa que culminou com a realização da XVIIª reunião plenária, em Madrid a 18 de dezembro.
- Conferência de Diretores Ibero-Americanos da Água – CODIA: Em 2013, Espanha e Portugal organizaram a XIV reunião da CODIA que teve lugar de 1 a 4 de outubro em Madrid e Mérida (Espanha) e em Elvas-Alentejo (Portugal). Para além dos países anfitriões, o Brasil participou na organização da reunião, na qual, estiveram presentes 32 altos dirigentes de 19 países da América Latina, para além de Portugal e Espanha.
- Co-coordenação do projeto ECOPOL em Portugal: Realização das tarefas inerentes aos pacotes de trabalho WP3 – Compras Públicas Ecológicas, WP4 – Preparação da implementação conjunta de instrumentos do lado da procura (ECOPOL); co-coordenação, acompanhamento e participação técnica nos projetos piloto de boas práticas realizadas por Portugal no âmbito das Compras Públicas Ecológicas e Internacionalização, assegurando a ligação às entidades envolvidas do setor público e privado, em que se inclui a participação no documentário realizado sobre os referidos projetos piloto (ECOPOL). Foram organizados 2 Workshops no âmbito deste projeto, a saber:
 - “Eco-inovação e a utilização eficiente de recursos na indústria Portuguesa - Boas práticas e instrumentos de política”, 17 de setembro;
 - “Eco-inovação e compras públicas em mercados da fileira habitat - Boas práticas e instrumentos de política”, 5 de dezembro.
- Desenvolvimento da atividade inerente à representação nacional no Grupo de Alto Nível do EcoAP através do acompanhamento dos trabalhos e da preparação dos representantes nacionais.
- Coordenação do programa nacional de monitorização do Lixo Marinho no âmbito dos compromissos relativos à Diretiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM), designadamente, o apoio técnico às equipas que realizam as campanhas do programa de monitorização, à recolha, análise e tratamento dos dados para alimentar a base de informação com vista ao estabelecimento do estado de referência sobre o lixo marinho em Portugal, bem como a realização do reporte nacional à Convenção OSPAR referente ao Lixo Marinho.
- Participação nas seguintes reuniões em representação de Portugal:

- Reunião do Grupo Técnico da DQEM sobre Lixo Marinho (*MSFD Ges Technical Group On Marine Litter*), Lisboa.
 - Reunião do ICG *Marine Litter* (OSPAR).
- Coordenação da negociação da integração das considerações de Ambiente e Clima no Acordo de Parceria e nos Programas Operacionais em preparação para o período de programação 2014-2020.
- Acompanhamento dos trabalhos e representação nacional das autoridades ambientais na Rede ENEA_MA (*European Network of Environmental Authorities for Cohesion Policy Managing Authorities*), da Comissão Europeia.
- Receção de delegações estrangeiras:
- Visita da Ministra do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável de Recursos do Governo da Província de Alberta - Canadá, a 17 de janeiro.
 - Visita da Diretora Presidente do Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA), a 11 de Fevereiro.
 - Visita de delegação de altos dirigentes de cinco países da Ásia Central, a 6 de maio.
 - Visita do Secretário de Estado do Ambiente da Hungria, a 17 de Maio de 2013.
 - Visita de delegação do Departamento de Proteção do Ambiente da província chinesa de Zhejiang, a 21 de maio.
 - Visita de Delegação de Montenegro, a 21 de junho de 2013.
 - Visita de Delegação do Centro Internacional de Negócios do Brasil, a 23 de Julho.
 - Visita de Delegação do *Han River Basin Environmental Office* da Coreia do Sul, a 3 de Setembro.
 - Visita de Delegação da Direção Geral de Água e Saneamento de Timor-Leste, a 25 de Setembro.
 - Visita de Delegação do Serviço de Proteção Ambiental de Macau, a 27 de Setembro.

INTENSIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO DE PESSOAS E BENS FACE A RISCOS AMBIENTAIS

RECURSOS HÍDRICOS E LITORAL

No âmbito do Litoral e da Gestão dos Recursos Hídricos, intensificaram-se as ações de proteção de pessoas e bens, com prioridade para a implementação do PAPVL, bem como para a reformulação e reabilitação das redes de monitorização ambientais (água, ar, clima, solos), e a consolidação dos sistemas de vigilância e alerta de riscos (cheias, secas, segurança de barragens, poluição industrial, contaminações por substâncias perigosas, etc.).

Durante o ano de 2013 foram implementadas as seguintes ações relativamente ao PAPVL:

Lançamento dos concursos das empreitadas:

- Substituição da ponte das Tercenas.
- Estabilização das Arribas da Praia da Calada.
- Estabilização das Arribas da Praia da Areia Branca.
- Lançamento dos concursos e apreciação das propostas relativos às empreitadas. Reabilitação dos esporões e das estruturas

longitudinais aderentes da Cova-Gala, de Lavos e da Leirosa e do cordão dunar entre a Leirosa e a ribeira do Estremal.

- Reabilitação dos esporões do Areão, do Poço da Cruz e do sul de Mira.
- Reabilitação das Estruturas de Defesa nas Frentes Urbanas de Esmoriz, de Cortegaça e do Furadouro.
- Preparação dos concursos relativos às empreitadas.
- Estrutura Longitudinal Aderente de S. João da Caparica.
- Estabilização das Arribas da Praia da Consolação;
- Reparação do Quebra-Mar na praia da Figueirinha, no concelho de Setúbal.
- Consolidação das Arribas da Praia da Nazaré.
- Concurso Público para a Empreitada de Estabilização da Arriba Sul das Azenhas do Mar – Concelho de Sintra.
- Empreitada de Estabilização das Arribas da Praia do Magoito – Concelho de Sintra.
- Aquisição de Serviços de Coordenação de Segurança em Obra da Empreitada de Estabilização das Arribas da Praia do Magoito – Conselho de Sintra.
- Aquisição de Serviços para a alteração do Projeto do Plano de Praia da Adraga – Concelho de Sintra.
- Preparação das Peças de Procedimento para as restantes ações do PAPVL incluídas na Candidatura ao Programa Operacional Valorização do Território (POVT) - Saneamento de arribas em 8 praias.
- Empreitada de Defesa aderente em Moledo – Caminha.
- Empreitada - Reabilitação da proteção aderente a norte e a sul do esporão nº 1 e

reabilitação dos esporões nº1 e 2 a sul do quebra-mar de Castelo de Neiva.

- Empreitada - Reabilitação da defesa aderente da Ponta da Gafa, Mindelo – Vila do Conde.
- Empreitada - Requalificação da marginal entre Lavadores e Salgueiros.
- Recuperação e consolidação do sistema dunar desde a Ribeira de Silvalde até à Lagoa de Paramos.
- Empreitada - Reforço de dunas e Proteção marginal na Praia do Pedrogão a sul do promontório e reabilitação de acessos.
- Empreitada - Proteção marginal na frente marítima da Praia da Tamargueira e Costa de Lavos, Figueira da Foz.
- Empreitada - Reparação do Quebra-mar da Praia da Figueirinha.

Empreitadas executadas e fiscalizadas:

- Empreitada de Proteção da Praia da Maceda.
- Empreitada de Reforço do Muro de Suporte na Praia da Vieira, incluindo recarga de areia.
- Empreitada da 2ª Fase de Construção da Defesa Longitudinal Aderente, Incluindo Proteção Dunar” no Furadouro.
- Empreitada de Requalificação da Zona da Praia de Buarcos – Cabo Mondego - Bar Costa.
- Empreitada de Requalificação da Frente Marginal da Praia da Barra.
- Requalificação da zona norte da Praia da Vagueira.
- Intervenção de minimização do risco na arriba da Praia do Sul (Ericeira).
- Intervenção no muro de proteção na praia da Bafureira.
- Execução da obra de estabilização das arribas da Praia do Magoito.

- Execução de escada de acesso à praia (UB3) nas arribas da Praia da Rocha - concelho de Portimão.
- Passadiço e Trilho entre o Algar Seco e o Forte de N.ª Sr.ª da Encarnação, concelho de Lagoa.
- Desassoreamento do quebra-mar destacado da Aguda e recarga de Areias de praia da Granja.
- Estabilização das Arribas de S. Pedro de Moel.

No âmbito do processo de Revisão POOC efetuou-se:

- A preparação dos concursos para a revisão dos POOC Caminha-Espinho, Alcobaça-Espichel, Espichel- Odeceixe e Odeceixe-Vilamoura.
- A elaboração da revisão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Ovar-marinha Grande.
- A elaboração de proposta a submeter a parecer final da comissão de acompanhamento do Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo.
- A preparação e elaboração dos procedimentos concursais para a instalação e exploração de apoios de praia previstos no POOC CE.
- O lançamento do concurso de elaboração do novo POOC Alcobaça-Espichel.
- A suspensão devidamente fundamentada do POOC Sado-Sines e estabelecimento de medidas preventivas, no âmbito da RCM n.º 68/2013, de 28 de Outubro.
- A conclusão e publicação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Burgau – Vilamoura (publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/99, de 27 de abril): Apoio de Praia Completo com Equipamento Associado; UB1 da praia da Luz e UB1 da praia da Rocha Baixinha;

- A conclusão e publicação Plano de Ordenamento da Orla Costeira Vilamoura – Vila Real de Santo António (publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/99, de 27 de abril): Apoio de Praia Completo com Equipamento Associado; UB4 da praia do Cabeço; UB2 da praia de Santo António; Apoio de Praia Simples com Equipamento Associado; UB3 da praia de Santo António; Acompanhamento da requalificação de apoio de praia e Apoio de Praia da UB6 da Meia Praia.

Reabilitação e Reapetrechamento das redes de monitorização hidrometeorológica:

Com o objetivo de prevenir, gerir e monitorizar os riscos naturais e antrópicos, mitigando e minimizando o risco para populações, para o ambiente, e para o património e infraestruturas, a APA deu início ao processo de reabilitação e reapetrechamento das redes de monitorização hidrometeorológica com a elaboração da proposta de abertura dos procedimentos concursais. Neste sentido agilizou-se a reabilitação das redes, de modo a garantir as ações de apoio à gestão da água, nomeadamente as que contribuem para a minimização do risco para as populações, para o ambiente e para o património e infraestruturas.

Desenvolvimento e implementação dos planos de Gestão de Risco de Cheias no âmbito da Diretiva relativa à Avaliação e Gestão dos Riscos de Inundações:

No que concerne à conceção dos planos de Gestão de Risco de Cheias no âmbito da Diretiva relativa à Avaliação e Gestão dos Riscos de Inundações, iniciou-se a elaboração de cartografia específica para as zonas inundáveis e de risco de inundação, identificadas em Portugal Continental e foi desenvolvida e carregada uma plataforma específica,

com dados alfanuméricos e cartográficos associados à ocorrência das cheias (interiores e estuarinas), que permite identificar e avaliar as zonas com potencial risco.

No âmbito da Gestão estratégica da água efetuou-se ainda a *Transposição dos Resultados da 2ª Fase do Exercício de intercalibração* para o Sistema de classificação do Estado/Potencial Ecológico rios e albufeiras.

GESTÃO E AVALIAÇÃO AMBIENTAL

No âmbito da prevenção da poluição produzida por emissões radiológicas e com o objetivo de mitigar e minimizar o risco para populações, para o ambiente, e para o património e infraestruturas, a APA apostou também na reestruturação das redes de medição de radioatividade, nomeadamente através da melhoria do grau de operacionalidade e do reforço da rede de

Alerta de Radioatividade no Ar - Rede de Vigilância em Contínuo da Radioatividade do Ar Ambiente (RADNET), designadamente através da aquisição de uma nova unidade central. Em 2013 foi elaborada uma proposta de protocolo de cooperação entre Portugal e Espanha no âmbito das Emergências Radiológicas. Efetuou-se a Revisão do Manual do Operador do Nível Máximo de Cheias (NMC) da RADNET Versão 20131112, bem como foram preparadas diretrizes tendo em vista o desenvolvimento de novos procedimentos nacionais para resposta de emergências radiológicas no âmbito do Grupo de Trabalho (GT) da Comissão Nacional de Emergências Radiológicas (CNER) e efetuou-se o acompanhamento do Projeto *Innovative Integrative Tools and Platforms to be Prepared for Radiological Emergencies and Post-accident Response in Europe* (PREPARE).

CONSOLIDAÇÃO DO QUADRO LEGAL DE SUPORTE À POLÍTICA AMBIENTAL

Uma das prioridades de ação da APA é a consolidação da legislação que regulamenta e suporta a Política Ambiental, tendo em vista a sua aplicação, cumprimento e revisão com o objetivo da simplificação legal /procedimental. Aqui enquadram-se não só os Regimes Jurídicos, Resoluções de Conselho de Ministros (RCM), como também a transposição de Diretivas Europeias, Protocolos e Convenções. Esta consolidação é essencial não só porque regulamenta, simplifica e normaliza a política ambiental, como também contribui para o aumento do nível de proteção, recuperação e valorização dos ecossistemas e do nível de proteção de pessoas e bens face a situações de risco.

AR E CLIMA

No âmbito da gestão estratégica do ar e do clima destacam-se as seguintes ações:

- Participação no processo negocial e de revisão do Sistema de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior com elaboração de critérios e requisitos para a QAI vertidos no Decreto-Lei nº 118/2013 e Portaria 335-A/2013;
- Conclusão dos processos relativos ao 2.º período de cumprimento do regime CELE e a preparação da operacionalização do 3.º período deste regime; a elaboração e aprovação da lista para atribuição gratuita aos operadores CELE e a elaboração de Decreto-Lei para transposição da Diretiva CELE e elaboração da Portaria definindo a metodologia de cálculo para distribuição das receitas de leilões CELE.

➤ No que concerne à Proteção da Camada de Ozono destaca-se a elaboração de proposta de decreto-lei de execução do Regulamento

➤ nº1005/2009 relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono.

GESTÃO ESTRATÉGICA DE RESÍDUOS

Em 2013, no âmbito da aplicação do Regime de Responsabilidade Ambiental, desenvolveram-se as seguintes iniciativas:

- Elaboração de apresentação sobre “Implementação do Regime de Responsabilidade Ambiental” para o Seminário “Responsabilidade Ambiental”, realizado pela Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais (APEMETA), que teve lugar a 27 de junho.
- Atualização das nomeações de representantes institucionais para a Comissão Permanente de Acompanhamento para a Responsabilidade Ambiental e para o Conselho Consultivo para a Responsabilidade Ambiental, no âmbito do Despacho n.º 12778/2010, de 9 de agosto.
- Resposta a pedidos de esclarecimento no âmbito do regime da responsabilidade ambiental, designadamente no que respeita ao âmbito de aplicação, garantias financeiras (modalidades, coberturas), medidas de prevenção e reparação dos danos ambientais, responsabilidades dos operadores abrangidos, responsabilidade civil e administrativa, atividades ocupacionais do Anexo III, conceito de dano ambiental e ameaça iminente de dano e de estado inicial, bem como metodologias de análise de risco.
- Revisão do documento “Resposta a Perguntas Frequentes – Responsabilidade Ambiental”.

Ainda neste domínio a APA incrementou o número das ações de prevenção no que respeita aos regimes de responsabilidade ambiental e solos contaminados, desenvolvendo mecanismos que possibilitem aos intervenientes reforçar o conhecimento sobre estas matérias e atuar numa ótica de redução do risco ambiental inerente às atividades. Implementaram-se medidas no sentido de melhorar a gestão dos resíduos e fomentar a utilização sustentável de recursos pelo reforço da prevenção da produção de resíduos e incentivo à sua reutilização e reciclagem através do pleno aproveitamento do mercado de resíduos, como forma de consolidar a sua valorização, incluindo a aplicação do fim de estatuto de resíduo, com vantagens para os agentes económicos, fechando o ciclo de vida do produto. Em matéria de responsabilidade ambiental foram implementadas as seguintes ações:

- Foi efetuado o acompanhamento dos danos ambientais ou ameaças iminentes dos danos reportados a esta Agência, designadamente:
 - Fuga de gasolina no Posto de Abastecimento da GALP, em Vilamoura.
 - Derrame de anilina no Parque de Armazenagem de Combustíveis da GALP, em Aveiro.
 - Fuga de gasolina no Posto de Abastecimento da CEPESA, na Covilhã.
 - Contaminação das águas subterrâneas pela REPSOL, na Zona Industrial e Logística de Sines.

- Contaminação dos solos e das águas subterrâneas e superficiais da instalação da Tratólix, em Trajouce.
- Contaminação dos solos no Posto de Abastecimento da Galp, no Patacão.
- Contaminação dos solos e águas subterrâneas no estabelecimento industrial da Continental, em Palmela.
- Derrame de fuelóleo na Saramagos, em Pousada de Saramagos.
- Guia Técnico – Plano de Amostragem de Solos Contaminados e de Águas Subterrâneas.
- Guia Técnico – Recolha de Amostras de Solos Contaminados.
- Guia Técnico – Análises Químicas para Solos Contaminados.
- Guia Técnico – Melhores Técnicas Disponíveis de Remediação.
- Guia de Medidas de Prevenção da Contaminação do Solo.

No domínio da proteção e remediação de solos foram implementadas as seguintes ações:

- Desenvolvimento de projeto legislativo que estabelece o regime jurídico aplicável à proteção e remediação dos solos, fixando o respetivo processo de avaliação da qualidade, identificando os locais contaminados e estabelecendo o seu modelo de remediação, com vista à salvaguarda da saúde humana, do ambiente e da qualidade de vida.
- Elaboração de diversos guias metodológicos, no âmbito do Contrato outorgado com a United Research España S.L. (URS), para avaliação da contaminação/poluição dos solos, medidas necessárias à eliminação dessa poluição e medidas de controlo e prevenção da poluição dos solos, nomeadamente:
 - Guia Metodológico para a Declaração da Qualidade do Solo.
 - Guia metodológico de Análise de Risco para a Saúde Humana e para os Ecossistemas.
 - Guia de Apoio ao Preenchimento do Relatório Preliminar sobre o Estado do Solo e Aplicações Informáticas.
- Colaboração na elaboração e celebração de Protocolo com a APETRO – Associação Portuguesa de empresas Petrolíferas para colaboração na realização de um “Guia Setorial para Proteção de Solos e Águas Subterrâneas no Setor Petrolífero”.

- Apoio à IGAMAOT no âmbito do *Project On Decontamination and Monitoring Procedures of Groundwater and Soils in Polluted Ex-industrial Sites* (IMPEL DECO), que tem por principal objetivo a identificação de boas práticas na descontaminação de antigos solos utilizados pelas indústrias. Esta proposta pretende sistematizar a informação fornecida pelos Estados-membros traçando o panorama comunitário relativo a políticas e desenvolvimentos legislativos, práticas de monitorização e procedimentos de descontaminação, casos práticos, bem como boas práticas em descontaminação do solo e águas subterrâneas, nomeadamente nos locais referidos.
- Aplicação do Decreto-Lei n.º 3/2004, de 3 de janeiro (Diploma dos Centros integrados de recuperação, valorização e eliminação de resíduos perigosos -CIRVER) e atuação como entidade coordenadora de licenciamento dos 2 CIRVER.
- Emissão de pareceres no âmbito de Projetos de Potencial Interesse Nacional (PIN).
- Delimitação de âmbito do Regime Geral da Gestão de Resíduos (RGGR) - subproduto, Fim do Estatuto de Resíduo (FER), normas harmonizadas- e emissão dos respetivos pareceres.
- Elaboração de notas técnicas de interpretação do diploma (Gestão de Roupas usadas, Biomassa e Biorresíduos, Comerciante).
- Acompanhamento da atividade dos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos.
- Gestão e acompanhamento do preenchimento do módulo SIRAPA - Mapa de Registo de Resíduos Urbanos (MRRU).

No âmbito da aplicação do Regime Geral de Gestão de Resíduos, desenvolveram-se as seguintes iniciativas:

- Acompanhamento e Licenciamento de instalações de tratamento de resíduos referidos nos pontos 9 e 10 do AIA, nos termos do Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho.
- Acompanhamento e licenciamento das instalações de incineração de resíduos (Regime de Emissões Industriais - REI).
- Harmonização do licenciamento de operações de gestão de resíduos com as ARR.

GESTÃO E AVALIAÇÃO AMBIENTAL

No âmbito da gestão e avaliação ambiental implementaram-se diversas ações no sentido de promover a prevenção e o controlo integrados da poluição. Salienta-se a transposição da Diretiva 2010/75/CE relativa às emissões Industriais, através do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto, diploma que introduz um conjunto de medidas de simplificação nos

processos de licenciamento e agrega num único diploma legal cinco regimes específicos, garantindo assim uma abordagem integrada do controlo das emissões, a saber:

1. Prevenção e controlo integrado da poluição proveniente de certas atividades, estabelecido pelo Decreto-lei n.º 173/2008, de 26 de agosto.
2. Limitação das emissões para a atmosfera de certos poluentes provenientes das grandes instalações de combustão, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 178/2003, de 5 de agosto.
3. Limitação da emissão de compostos orgânicos voláteis resultantes da utilização de solventes orgânicos em certas atividades e instalações, constante do Decreto-Lei n.º 242/2001, de 31 de agosto.
4. Incineração e co-incineração de resíduos, constante do Decreto-Lei n.º 85/2005, de 28 de abril.
5. Estabelecimento das condições de licenciamento para a descarga, armazenagem, deposição ou injeção no solo de águas residuais ou de resíduos da indústria de dióxido de titânio, constante da Portaria n.º 1147/94, de 28 de dezembro.

Ainda no que respeita às emissões industriais, destacaram-se os trabalhos desenvolvidos no âmbito do processo de elaboração do Plano de Transição Nacional, previsto REI, para algumas instalações de combustão, o levantamento das Instalações abrangidas pelos novos setores de atividades do REI (Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto) e o acompanhamento a nível Comunitário da elaboração do guia relativo ao Relatório Base, novo requisito do REI, aplicável às instalações abrangidas pela prevenção e controlo Integrados da poluição. Apostou-se ainda na criação de um sistema de registo de emissões industriais.

Ainda no âmbito da prevenção de acidentes graves destacaram-se as seguintes iniciativas:

- Prosseguiu-se a atividade de acompanhamento de estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 42/2014, de 18 de março, e dos processos associados, nomeadamente a análise de enquadramento, e dos instrumentos decorrentes da aplicação do referido regime jurídico, como seja a avaliação de compatibilidade de localização e o relatório de segurança. Teve especial relevo em 2013, a emissão de pareceres relativos à estimativa prévia de zonas de perigosidade dos estabelecimentos, para apoio à tomada de decisão ao nível do planeamento do território, pelas câmaras municipais.
- Foi publicado o documento de orientação Lista de verificação do conteúdo do Plano de Emergência Interno e a Nota interpretativa da aplicação do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho, que vieram a contribuir para a melhoria da implementação deste regime.
- Iniciaram-se os trabalhos para a transposição da Diretiva Seveso III, incluindo o balanço da implementação do Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho e a realização da sessão de audição das partes interessadas Diretiva Seveso III - Reflexão e Contributos para a Transposição.
- No que diz respeito aos verificadores ambientais do Sistema de Gestão de Segurança para a Prevenção de Acidentes Graves (SGSPAG), foi proposta a revisão da Portaria n.º 966/2007, de 22 de agosto, que define os requisitos e condições de exercício da sua atividade. Foi ainda revisto o procedimento para o cálculo da duração mínima *in situ* da verificação.

No âmbito do Sistema de Indústria Responsável (SIR) e do GT da desmaterialização e do GT das Zonas Empresariais Responsáveis (ZER), a APA participou na elaboração da Portaria nº302/2013, de 16 de outubro relativa aos elementos instrutórios que devem acompanhar os procedimentos de licenciamento no domínio da indústria e da Portaria nº303/2013, de 16 de outubro relativa os requisitos das ZER.

Neste âmbito, foram elaborados, por setor de atividade e nas vertentes ambiente (A), Segurança Alimentar (SA) e Segurança e Saúde do Trabalho (SST), os Títulos Padronizados Integrados (TPI) para as seguintes atividades industriais: Assadura de Leite e Outros Ungulados; Agro-indústria; Padaria, Pastelaria e Fabricação de Bolachas, Biscoitos, Tostas e Pastelaria de Conservação; Preparação de Carnes (corte e desossa) e Fabrico de Carne Picada e Preparados de Carne; Fabrico de Produtos à Base de Carne; Queijaria; Centro de Classificação de Ovos e Fabrico de Alimentos Compostos para Animais. A APA, elaborou também os referenciais Técnicos Padronizados para o ambiente nomeadamente no domínio da:

- Utilização de Recursos Hídricos.
- Captação de águas subterrâneas.
- Rejeição de águas residuais do tipo doméstico.
- Rejeição de águas pluviais contaminada.
- Rejeição de águas de refrigeração.
- Emissão Gases Efeito Estufa.
- Cerâmica.
- Operações de Gestão de Resíduos.
- Operações de armazenagem (para valorização e/ou eliminação).

No domínio da avaliação ambiental procedeu-se à revisão do Regime jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) traduzido no Decreto-lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, o qual aprovou o novo quadro legal em matéria de avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente revogando o Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio (alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro). O processo de revisão apenas ficará concluído com a publicação das portarias previstas no referido diploma (i.e. a portaria relativa às taxas a aplicar, a portaria relativa aos documentos técnicos/decisões, a portaria relativa ao Conselho Consultivo de AIA, a portaria referente aos verificadores e a portaria referente às entidades acreditadas) a ocorrer no primeiro semestre de 2014.

Decorrente da alteração do quadro legal em matéria de AIA, a APA iniciou em 2013 um conjunto de trabalhos associados à implementação e operacionalização do novo decreto-lei, que se materializou no desenvolvimento de diplomas conexos e de vários documentos técnicos, bem como na coordenação do recém-constituído Grupo de Pontos Focais das Autoridades de AIA, dando assim expressão ao papel da APA enquanto autoridade nacional de AIA.

Destaca-se igualmente o acompanhamento do processo de revisão da Diretiva n.º 2011/92/EU (Diretiva AIA), no âmbito do qual a agência foi responsável pelo apoio técnico e pela articulação com o processo de revisão legislativa que, à data, se encontrava em curso a nível nacional.

- Proposta de diploma relativo à exportação e importação de produtos químicos perigosos, Regulamento (UE) n.º 649/2012, de 4 de julho (novo Regulamento de Prévia Informação e Consentimento (PIC).

CONSOLIDAÇÃO DOS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E REPORTE

Em 2013, uma das prioridades de ação da APA foi consolidar os principais instrumentos de planeamento em políticas públicas na área do ambiente, os quais por sua vez assentaram na consolidação das ações de monitorização, avaliação e os respetivos instrumentos de reporte.

Neste sentido destacam-se as seguintes ações:

PLANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS E LITORAL

- Após a reativação do PNUEA em 2012, em janeiro de 2013 realizou-se a 1ª reunião da Comissão de Implementação e Avaliação (CIA), onde se definiram as tarefas prioritárias a realizar para cada um dos setores abrangidos (urbano, agrícola e industrial). Efetuou-se, para os três setores, uma primeira revisão e atualização das medidas e estabeleceram-se as metodologias para realização do diagnóstico da evolução na última década e revisão da situação base de partida - procura de água e eficiência do uso da água.
- Foi iniciada a 2ª geração de *Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH)* com a elaboração de documentos metodológicos, bem como se procedeu ao desenvolvimento da metodologia para a identificação e caracterização dos ecossistemas dependentes de águas subterrâneas (EDAS).
- Iniciou-se a reformulação do Plano Nacional da Água (PNA).
- O PENSAAR 2020 foi aprovado pelo despacho n.º 2339/2007. A 31 de julho de 2013 foram

apresentados os resultados da Fase 1: Balanço do PEAASAR II e diagnóstico da situação atual (situação de referência) no Conselho Consultivo da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Não obstante os reconhecidos progressos já verificados, em particular no que respeita aos índices de cobertura da população com sistemas de abastecimento de água e à qualidade do serviço prestado às populações, impõe-se rever a estratégia para o sector, cujo termo se aproxima.

Através do despacho n.º 9304/2013 do Senhor Secretário de Estado do Ambiente foi criada, a comissão de acompanhamento dos trabalhos com vista à elaboração do plano «PENSAAR 2020 — Uma nova estratégia para o sector de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais, sendo os resultados do grupo de trabalho submetidos a consulta às entidades envolvidas do sector antes da sua apresentação final.

- Conclusão e publicação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Burgau.
- Conclusão e publicação Plano de Ordenamento da Orla Costeira Vilamoura.

PLANEAMENTO AR E CLIMA

- Conclusão da elaboração do Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2020).
- Conclusão da 1.ª fase do processo de revisão da ENAAC e elaboração do relatório de progresso dando conta do balanço da primeira fase do trabalho com vista à determinação de orientações para o início da 2.ª fase da estratégia a implementar em 2014.
- Relatório de Emissões de Gases com Efeito de Estufa (REGEE).
- Continuidade da adaptação do *Plano de ação da Qualidade do Ar* à Diretiva relativa à qualidade do ar ambiente e a um ar mais limpo na Europa e do acompanhamento da revisão estratégia temática para a poluição atmosférica, promovendo os instrumentos de melhoria da qualidade do ar.
- Início dos trabalhos conducentes à elaboração da Estratégia Nacional para um ar mais limpo – ENAR 2014-2020.

Ainda no âmbito da gestão estratégica do ar e do clima foram implementadas ainda as seguintes ações:

- Atualização da delimitação de zonas e aglomerações em função da população e dos níveis da qualidade do ar.
- Implementação de melhorias de controlo e garantia de qualidade dos equipamentos de medida.

PLANEAMENTO DE RESÍDUOS

- Acompanhamento da revisão do Plano Nacional de Gestão de Resíduos.
- Revisão do Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Industriais (PESGRI).

- Plano Estratégico de Implementação e monitorização do Abastecimento de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020): Definição de linhas de orientação para a implementação do PERSU 2020 e Monitorização do PERSU II 2007-2016.
- Revisão do Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR).
- Revisão do Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Industriais (PESGRI).

MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E REPORTE AMBIENTAL

- Acompanhamento das atividades e participação nas reuniões do *Interest Group NRC SoER* e análise e elaboração de contributos no âmbito do SoER 2015.
- Acompanhamento do Projeto *Innovative Integrative Tools and Platforms to be Prepared for Radiological Emergencies and Post-accident Response in Europe* (PREPARE).
- Elaboração do Relatório Anual de Resíduos Urbanos (RARU 2011 e 2012).
- Relatório “*Benchmarking Legal e Metodológico para Proteção do Solo e Águas Subterrâneas – Contaminação por Produtos Petrolíferos*” no âmbito do Protocolo com a APETRO.
- Elaboração de Relatórios setoriais (Lamas, RU) e colaboração na elaboração guias técnicos (Licenciamento, Entidades Acreditadas, Atividades Económicas Sistema da Indústria Responsável (SIR), Regime do Exercício da Atividade Pecuária (REAP), Regime de Licenciamento de Emissões Industriais (RLEI);
- Elaboração do “Relatório sobre a Experiência obtida com a Aplicação do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho”, submetido à Comissão Europeia em abril, para cumprimento da

obrigação prevista na Diretiva 2004/35/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de abril p.p., relativa à responsabilidade ambiental em termos de prevenção e reparação de danos ambientais.

- Elaboração do Relatório Anual de Resíduos.
- Monitorização da implementação do Plano de Prevenção de Resíduos Urbanos.

- Classificação de Resíduos (Lista Europeia de Resíduos e Características de Perigosidade).
- Avaliação da substância Bifenilo, substância atribuída a Portugal no 1.º Plano de Ação Evolutivo Comunitário (CoRAP).
- Conclusão do Roteiro para a ECO Inovação.

DESENVOLVIMENTO DE UMA ABORDAGEM INTEGRADA DA GESTÃO DOS FINANCIAMENTOS AMBIENTAIS E DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLITICAS DE AMBIENTE

No âmbito da Estratégia Ambiental e da Análise Económica para a implementação de um Modelo Nacional de Economia Verde e de Desenvolvimento Sustentável foram desenvolvidas as seguintes ações:

CONTRIBUTOS DA APA PARA O PROCESSO DE INTERNALIZAÇÃO DE CUSTOS AMBIENTAIS NA ECONOMIA:

- Contributos regulares para o novo Acordo de Parceria e Programa Operacional para a Sustentabilidade e Uso Eficiente dos Recursos (PO-SEUR), em particular no domínio da Economia Verde e de Baixo Carbono (Instrumentos de Planeamento e Políticas para o Quadro Estratégico Comum – QEC).
- Divulgação e estímulo ao desenvolvimento de uma Economia Verde (*Green Austerity*), em contexto de crise económica e elaboração de um estudo identificando as melhores práticas

internacionais, os desafios e as oportunidades que se colocam ao desenvolvimento da Economia Verde em Portugal e propostas metodológicas para a avaliação de impactos, explorando ainda as implicações estruturais ao nível da Política Ambiental decorrentes da crise económica.

- Realização da conferência “Fiscalidade Verde: um contributo para a Sustentabilidade” co-organizada com o Espaço Economico Europeu (EEA). Neste âmbito destacaram-se também as iniciativas ligadas ao processo de revisão da TGR e da TRH onde foi elaborado um ponto de situação e um diagnóstico, bem como realizada uma análise de opções de mudança e possível evolução destas duas taxas.
- Compromisso para o Crescimento Verde e Coligação para o Crescimento Verde: elaboração da proposta inicial de estrutura, quantificação e elaboração de vários capítulos, integração global dos conteúdos no documento base e contributos para vários documentos/materiais deste processo. Neste

- âmbito foram também elaborados documentos sobre a emergência de tecnologias potencialmente disruptivas e os seus possíveis impactos no Ambiente (e.g. 3D Printing – Projecto “Tecnologias Disruptivas”).
- Foi elaborado o estudo “Preços Efetivos do Carbono para Portugal” em colaboração com o Instituto Superior Técnico e patrocinado pela OCDE.
 - *Brown Economy*: Subsidação aos combustíveis fósseis em Portugal – um exercício exploratório com base no Imposto Sobre os Produtos Petrolíferos e energéticos (ISP).
 - Acompanhamento do *10 Year Framework Programme (10YFP) for Sustainable Consumption and Production of the United Nations Environment Programme (UNEP)*: contribuição para a implementação do Quadro de Programas sobre padrões de produção e consumo sustentável, facilitando a participação do país em parcerias e iniciativas relacionadas com a PCS; Divulgação e troca de informações relevantes sobre planos, iniciativas e eventos de PCS entre os vários *stakeholders* nacionais, regionais e internacionais, através, designadamente, da plataforma *SCP Global Clearinghouse*.
 - Acompanhamento do *Member States Expert Group on Resource Efficiency (MSGRE)* – Comissão Europeia: acompanhamento dos trabalhos da Comissão sobre eficiência de recursos, nomeadamente a implementação do Roteiro para uma Europa Eficiente na Utilização dos Recursos e sobre as atividades desenvolvidas no âmbito da Plataforma Europeia para a Eficiência de Recursos.

- Representação Nacional no GT da OCDE-WPIEEP (*Working Party on Integrating Environmental and Economic Policies*).
- Representação Nacional no GT da OCDE-WPEI (*Working Party on Environmental Information*).

AÇÕES E PROCESSOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE INFORMAÇÃO E PRODUÇÃO DE ESTATÍSTICAS AMBIENTAIS

- *Gestão da European Environment Information and Observation Network (Eionet)*, na qualidade de *National Focal Point* – EEA: Partilha de informação e dados ambientais, colaboração com a Agência Europeia do Ambiente, participação e acompanhamento de Portugal nas reuniões no âmbito da Eionet (Ponto Focal Nacional (NFP); Centro de Referência Nacional (NRC)); reestruturação, dinamização e manutenção da rede de NRCs e apoio à preparação das reuniões do Management Board.
- *National Reference Centre for State of the Environment Reporting (NRC SoER)* – EEA Eionet: acompanhamento das atividades e participação nas reuniões do *Interest Group NRC SoER* e análise e elaboração de contributos no âmbito do SoER 2015.
- Acompanhamento das atividades e resultados do projeto PACITA - *Parliaments and civil society in Technology Assessment*.
- Estatísticas, Indicadores e Relações com o INE: Centralização da informação estatística em matéria de ambiente e elaboração do protocolo de cooperação APA/INE.
- Estatísticas, Indicadores e Relações com outras instituições: centralização da informação proveniente de instituições tais

como a ERSAR e a OCDE (integração de políticas económicas e ambientais).

- Participação no Conselho Superior de Estatística – GT das Estatísticas de Base Territorial, Secção de Mobilidade Territorial. Participação no GT e elaboração de Plano de Ação.
- Colaboração no projeto FAIA - Desenvolvimento de uma ferramenta de apoio à avaliação de impactos económicos, ambientais e sociais de políticas públicas em cenários de crescimento verde;
- Metodologias de Avaliação de Impactos: Pesquisa, desenvolvimento e aplicação de metodologias de avaliação de impactos das políticas públicas nas áreas económica e ambiental;
- Atualização permanente de uma Base de Dados de Peritos e Centros de Investigação: elaboração e manutenção de uma base de dados de peritos e centros de investigação;
- Roadshow de Centros de Investigação: partilha de agendas e promoção de sinergias entre projetos (reuniões de trabalho com os principais centros de investigação em Economia/Engenharia do Ambiente e partilha de prioridades de investigação e alinhamento de tópicos de interesse).

ATIVIDADES DE FUTURE VIEW AND SIMULATION - DESENVOLVIMENTO DE ABORDAGENS E APLICAÇÕES PARTICIPADAS DE PROSPETIVA NA ÁREA DO AMBIENTE/SUSTENTABILIDADE AO SERVIÇO DA APA, DO MAMAOT E DE OUTROS STAKEHOLDERS

- Atualização do Roteiro Nacional de Baixo Carbono (RNBC), nas suas vertentes qualitativa e quantitativa, o RNBC tem como objetivo o estudo da viabilidade técnica e

económica de trajetórias de redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) em Portugal até 2050, conducentes a uma economia competitiva e de baixo carbono.

- A análise permitiu concluir que é possível definir para Portugal trajetórias de redução das emissões nacionais de GEE até 2050 na ordem de 50% a 60%, face aos níveis de 1990. O estudo concluiu ainda que todos os setores de atividade têm um potencial de redução de emissões, em particular o da energia. Para as trajetórias de baixo carbono, contribuem uma maior eficiência energética associada à introdução de novas tecnologias, uma gestão mais eficiente dos recursos e uma crescente eletrificação acompanhada de uma maior penetração de fontes de energia renovável.
- Atualização do projeto *Hybrid approaches to assess economic, environmental and technological impacts of long term low carbon scenarios (HybCO2)*, nas suas vertentes qualitativa e quantitativa.
- *National Reference Centre for Forward Looking Information and Scenarios (NRC FLIS) – EEA* : Elaboração de estudos e introdução de componentes e metodologias de análise prospetiva nos processos de elaboração de instrumentos de política, através do estreitamento de relações com o *Strategic Futures Group* da EEA e da participação regular em projetos e workshops da EEA/ Eionet (participação nos projetos da EEA de *Horizon Scanning*, *Global Megatrends Tool* e *BLOSSOM — Bridging long-term scenario and strategy analysis*). No âmbito do projeto *Horizon Scanning* de salientar o desenvolvimento de uma plataforma de partilha de informação e o trabalho de liderança da APA do *Horizon*

Scanning Ambiental a nível europeu em coordenação com a EEA.

- Atualização permanente de uma Base de Dados de Cenários, Tendências e Simuladores (input para múltiplos processos de planeamento e ajuda à decisão).

ATIVIDADES IMPLEMENTADAS NO ÂMBITO DO PROJECT EVALUATION

Avaliação custo-benefício e custo-eficácia - Ruído: Apoio à Câmara Municipal de Lisboa no âmbito da elaboração dos Planos de Ação de Ruído (PA), relativo ao valor a adotar para efeitos de análise custo-benefício da redução de decibéis.

- Elaboração de enquadramentos macroeconómicos (PIB, População, Consumo Privado, etc.) para os Planos e Programas dos quais a APA é responsável.
- Elaboração de pareceres, propostas de análise custo-benefício e análises económico-financeiras para Planos e Programas como o PESGRI, PERSU 2020 e o PENSAAR 2020.
- Contributos para a cenarização socioeconómica e para a análise económica de diversos Planos e Programas coordenados pela APA e/ou em que a APA participa: PEAASAR II_III (Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais) / PENSAAR 2020 - Uma nova estratégia para o sector de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais e PERSU 2020 (Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos).
- Acompanhamento da DQEM.

- Análise Económica das Entidades Gestoras de Fluxos Específicos de Resíduos: Análise dos Relatórios Anuais de Atividades, dos Relatórios e Contas e dos Cadernos de Encargos das Entidades Gestoras de Fluxos Específicos de Resíduos para renovação / atribuição de Licenças.

Análise das propostas de revisão das prestações financeiras das Entidades Gestoras de Fluxos Específicos de Resíduos e respetiva submissão à Tutela; Licenciamento e Estratégia de Resíduos (estudo do mercado e das respetivas especificidades económicas, financeiras e regulatórias).

- Atividades associadas enquanto Organismo Intermédio da Gestão de Fundos Comunitários, nas áreas do ciclo urbano da água e dos resíduos.

No âmbito da estratégia e análise económica importa ainda salientar a:

- Elaboração do Relatório do Estado do Ambiente (REA) e sua publicação. Destacando-se esta edição por incluir duas inovações face a edições anteriores, isto é um enquadramento macroeconómico e social nacional, explorando algumas relações entre a evolução recente da economia portuguesa e certas variáveis ambientais e dois cenários para a Economia Portuguesa no horizonte 2050.
- Colaboração com a Região Administrativa Especial de Macau para a elaboração do Relatório do Estado do Ambiente de Macau (REAM)

INTEGRAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO DOS REGIMES DE LICENCIAMENTO NA ÁREA DO AMBIENTE, CONTRAORDENACIONAL E ECONÓMICO-FINANCEIRO

O licenciamento ambiental é crucial para a vida das pessoas e das empresas e por isso, a APA considerou desde logo como uma das suas prioridades estratégicas o desenvolvimento de um sistema suportado em tecnologias de informação, que garanta a articulação a nível nacional, promova a simplificação, a desmaterialização e a celeridade de todos os procedimentos associados.

Com esse intuito nasceu o SILiAmb que é uma plataforma informática que permite a desmaterialização, uniformização, simplificação e agilização dos processos de licenciamento para as diferentes áreas de competências da APA.

O SILiAmb foi apresentado e entrou em exploração plena em 23 de outubro de 2012 e inclui o licenciamento dos recursos hídricos (faltam as utilizações tituladas por concessões e algumas por licença e fiscalização) e duas componentes da área de resíduos, o reporte de Movimento Transfronteiriço de Resíduos (MTR) e dos Mapas Integrados de Registos de Resíduos (MIRR).

Em 2013 apostou-se essencialmente no licenciamento dos recursos hídricos, promovendo a integração de licenciamento de outras utilizações, em estreita articulação com os serviços responsáveis pelos sectores de atividade económica, nomeadamente a produção de energia (DGEG) e a aquicultura (DGRM).

Desde que esta plataforma entrou em funcionamento registaram-se os seguintes benefícios:

- Redução do tempo despendido no pedido pelos particulares e empresas.

- Maior clareza dos elementos necessários para cada situação, dispensando a consulta constante da lei por parte dos particulares.
- Redução dos prazos de análise e de emissão dos títulos de utilização.
- Harmonização e simplificação de procedimentos a nível nacional.
- Sistematização da informação numa única plataforma.
- Gestão dos títulos emitidos pelos particulares (transmissão e o carregamento do autocontrolo, etc...).

Paralelamente foi criado um GT interno para desenvolver documentos e guias de harmonização de procedimentos de licenciamento e gestão de títulos, alguns deles realizados em estreita articulação com associações profissionais, no sentido de simplificar e ir de encontro às reais necessidades dos utilizadores.

Foram também criados GT com a Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) e a Direção Geral dos Recursos Naturais e Segurança Marítima (DGRM), no sentido de articular a rápida resolução de processos pendentes, de forma a minimizar o tempo e os elementos necessários que o particular necessita de entregar, por vezes de forma repetida. Pretende-se ainda, definir procedimentos conjuntos ou mesmo alterações ao normativo existente, com o objetivo de promover uma maior articulação entre os diferentes tipos de licenciamento, simplificando-os e apostando na interoperabilidade entre os sistemas existentes.

Ainda integrado no esforço de simplificação e articulação dos processos de licenciamento e, no âmbito da Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar, foi criado um Grupo de Trabalho com o objetivo de identificar áreas para a instalação de aquicultura em mar aberto, para atribuição por iniciativa da Administração. O referido Grupo de Trabalho integra a Direcção-Geral de Políticas do Mar (DGPM), que coordena, a DGRM, a APA, o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), a Direcção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM) e o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA).

5. AFETAÇÃO DE RECURSOS

5.1. RECURSOS HUMANOS

Relativamente aos recursos humanos, o planeamento apresentado no Plano de Atividades considerou os efetivos a 2012/12/31, conforme o quadro de comparação que se apresenta:

Quadro 1 - Variação do N.º de Recursos Humanos da APA

Recursos Humanos Cargo/Carreira/Categoria	Planeado (2012/12/31)	Executado (2013/12/31)	Desvio
Dirigentes Superiores	4	4	0%
Dirigentes Intermédios	82	74	-9.75 %
Técnicos Superiores	362	378	4.42%
Informático	33	28	-15,2%
Assistente Técnico	233	203	-13%
Assistente Operacional	68	56	-17,6%
TOTAL	782	743	- 5%

Fonte: DPF/DFIN

Assim, registou-se em relação aos recursos humanos planeados um desvio global negativo de cerca 5% no final de 2013. O decréscimo foi mais acentuado no grupo da carreira informática, na categoria de assistentes operacionais e assistentes técnicos, tendo sido as principais causas a saída pela via da aposentação e a mobilidade interna para outros organismos. De salientar o aumento do índice de tecnicidade para cerca de 51%, para o que contribuiu o acréscimo de cerca 4,4% de técnicos superiores em 2013. Esta tendência é justificada pelo regresso de alguns dirigentes à carreira de origem na APA, bem como pela aplicação de uma política de recrutamento seletiva e dirigida para técnicos superiores, recorrendo-se ao regime de mobilidade interna e procurando-se a consolidação sempre que possível destas situações.

5.2. RECURSOS FINANCEIROS

Os principais constrangimentos sentidos na atividade da APA decorreram do agravamento da situação económica do país e das medidas de restrições orçamentais, em particular nos últimos três anos, os quais dificultaram não só a execução das medidas em curso na APA, mas também toda a atividade planeada na Administração Pública. Dos 30,0 M€ executados no orçamento de Funcionamento, cerca de 73% foi destinado a despesas com pessoal, as aquisições de bens e serviços representaram cerca de 17%, e os restantes 10% destinaram-se a despesas de capital e a outras despesas

Quadro 2 - Execução por Rubrica Orçamental da APA

Rubrica Orçamental (M€)	Dotação (M€)		
	Inicial	Disponível	Executado
Despesa Pessoal	21,3	24,7	21,9
Aquisição Bens e Serviços	9,6	6,3	5,1
Outras Despesas	2,9	1,9	1,1
Despesa Capital	1,5	2	1,9
TOTAL	35,3	34,9	30,0

Fonte: DPF/DFIN

Em relação ao Orçamento de Investimento, constituído na sua maioria por projetos cofinanciados pelo QREN, destacam-se os projetos relacionados com a gestão estratégica da água, nomeadamente os referentes a ações de proteção de pessoas e bens, com prioridade para a implementação do Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral (PAPVL) e outras intervenções na orla costeira e os relacionados com o processo de consolidação, aos quais foi alocado um maior investimento. Dos cerca de 50,9 M€ de investimento inicialmente previstos apenas foram executados cerca de 7,9 M€, o que corresponde a 15,5% de execução em relação ao planeado.

A baixa execução dos projetos deveu-se em parte à tramitação, cada vez mais complexa, dos procedimentos administrativos inerentes ao processo de contratação pública, nomeadamente:

- A obrigatoriedade de submeter todos os contratos de aquisição de serviços ao parecer prévio vinculativo dos membros do Governo

responsáveis pelas áreas das Finanças e Administração Pública – SEAP (nos termos da portaria 16/2013, de 17 de Janeiro).

- A obrigatoriedade de submeter para autorização à Secretaria de Estado do Ambiente todos os Contratos de aquisição de Bens e Serviços que envolvam compromissos plurianuais (nos termos da Lei 8/2012 e Decreto-Lei n.º 127/2012).
- A obrigatoriedade de submeter para autorização à Agência para a Modernização Administrativa (AMA) as aquisições de bens ou serviços no âmbito das Tecnologias de Informação e Comunicação (dispensa de pedido de parecer ao SEAP em caso de aquisição de serviços);
- Obrigatório Pedido de exceção a Acordo-Quadro à ESPAP, para bens e serviços com características similares mas não iguais às dos bens e serviços abrangidos pelos Acordos-Quadro.

Quadro 3- Orçamento de Investimento previsto e executado

Financiamento	Dotação (M€)		
	Inicial	Disponível	Executado
Nacional	15,9	11,9	3,1
Comunitário	35,0	38,1 (*)	4,8
TOTAL	50,9	50,0	7,9

Fonte: DPF/DFIN

Obs. (*) Receita não realizada na totalidade

Quadro 4 – Quadro síntese da execução financeira

Orçamento	Estimado (M€)	Realizado (M€)	Desvio (M€)	Desvio (%)
Funcionamento	35,3	30,0	- 5,3	-15%
Investimento	50,9	7,9	- 43	- 84,5%
TOTAL	86,2	37,9	-48,3	-56%

Fonte: DPF/DFIN

6. ANÁLISE E CONCLUSÕES PROSPETIVAS

Durante o ano de 2013, a APA procurou dar seguimento à sua Missão alinhando a sua atividade com o Programa de Governo, com as Grandes Opções do Plano 2012-2015 e com a Estratégia Orçamental 2011-2015.

Apesar do contexto socioeconómico difícil, concentrou a sua atividade no essencial e exequível, continuando a promover a melhoria da eficácia, eficiência e qualidade operacionais, através da integração, simplificação e desmaterialização de processos com recurso à inovação tecnológica, à melhoria dos sistemas de informação e das redes de monitorização e à qualificação dos recursos humanos, sempre com o objetivo de criar valor para a sociedade, garantindo a prevenção e mitigação de riscos contra pessoas e bens e utilizando os recursos ambientais da forma mais eficiente e sustentável.

Os resultados positivos obtidos resultam de atividades com elevado grau de execução física e diretamente dependentes de investimento, da respetiva execução financeira e dos recursos internos.

Os principais constrangimentos decorreram de incertezas regulamentares e de contingências orçamentais que dificultaram não só a execução das

medidas em curso, mas também a execução de toda a atividade planeada.

Os principais constrangimentos sentidos na atividade da APA decorreram de incertezas regulamentares e do agravamento da situação económica do país e das medidas de austeridade que foram introduzidas, sucessivamente, ao longo do ano, que dificultaram não só a execução das medidas em curso, mas também a execução de toda a atividade planeada.

Paralelamente, a complexidade da tramitação dos procedimentos administrativos inerentes ao processo de contratação pública, estabelecendo a obrigatoriedade de pareceres prévios vinculativos autorizadores para a abertura dos processos aquisitivos, condicionaram a implementação de uma série de projetos devido à demora na emissão do parecer prévio autorizador, comprometendo de certa forma o prazo da execução de alguns dos processos aquisitivos.

O processo de fusão e o acréscimo e agregação de novas competências foi também determinante na definição de orientações estratégicas e operacionais. Foram priorizados os projetos e atividades que responderam à agilização da consolidação da

estrutura interna da APA e os que garantissem a segurança de pessoas e bens.

A APA procedeu ao recrutamento de trabalhadores com o perfil necessário, de forma a colmatar a carência de recursos humanos, apostando na realização de ações de formação técnica e especializada com vista a aumentar a qualificação dos trabalhadores e adapta-la às necessidades da APA.

Em 2014 a APA irá dar continuidade à implementação de medidas que garantam a otimização de recursos e a racionalização de custos, procurando otimizar o número de aquisições de bens e serviços e diversificar as fontes de financiamento e implementará as medidas necessárias à cobrança eficaz dos créditos existentes (*i.e.* liquidação de taxas).

Serão prosseguidos os trabalhos desenvolvidos anteriormente no âmbito da implementação do seu sistema de controlo interno. Em particular, através do recurso a procedimentos de controlo administrativo, da avaliação das atividades desenvolvidas e do

feedback obtido por meio de inspeções e auditorias realizadas pelas diversas entidades responsáveis para o efeito.

Continuará a realização da harmonização, simplificação e desmaterialização dos processos chave, recorrendo à inovação tecnológica e procurará a consolidação e a melhoria dos sistemas de informação, em particular no contínuo desenvolvimento do SILiAmb.

Será dado ênfase aos mecanismos de comunicação interna e às iniciativas de promoção da APA junto do público, às medidas de reforço de cooperação externa e parcerias com *stakeholders* estratégicos.

ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS

FIGURAS

Figura 1 – Missão, lema e Visão	7
Figura 2 – Objetivos Estratégicos	7
Figura 3 – Prioridades de Ação	8

QUADROS

Quadro 1 - Variação do N.º de Recursos Humanos da APA.....	32
Quadro 2 – Execução por Rubrica Orçamental da APA.....	33
Quadro 3- Orçamento de Investimento Previsto e Executado	33
Quadro 4 – Quadro Síntese da Execução Financeira.....	33

ACRÓNIMOS

SIGLA	Designação
ADENE	Agência para a Energia
ADP	Águas de Portugal
AG	Autoridade de Gestão
AIA	Avaliação de Impacte Ambiental
AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AH	Aproveitamentos hidroelétricos
ABAE	Associação Bandeira Azul da Europa
ANQIP	Associação para a Qualidade nas Instalações Prediais
AMN	Autoridade Marítima Nacional
AMA	Agência para a Modernização Administrativa
APA	Agência Portuguesa para o Ambiente, I.P.
APEMETA	Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais
APETRO	Associação Portuguesa de Empresas Petrolíferas
ARH	Administração de Região Hidrográfica
ARR	Autoridades Regionais de Resíduos
CCAIA	Conselho Consultivo de AIA
CE	Comissão Europeia
CELE	Comércio Europeu de Licenças de Emissão
CECAC	Comité Executivo da Comissão para as Alterações Climáticas
CDP	Carbon Disclosure Project
CIA	Comissão de Implementação e Acompanhamento
CIRVER	Centros integrados de recuperação, valorização e eliminação de resíduos perigosos (CIRVER)
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CNER	Comissão Nacional de Emergências Radiológicas
CODIA	Conferência dos Diretores Iberoamericanos da Água
CORAP	Plano de Ação evolutivo Comunitário
CPL	Regulamento relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas
CPLP	Comissão dos Países de Língua Portuguesa
DAGRI	Diretiva da Avaliação e Gestão de Risco de Inundações
DIA	Declaração de Impacto Ambiental
DGA	Departamento de Gestão Ambiental
DGADR	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGO	Direção Geral do Orçamento
DGEG	Direção Geral de Energia e Geologia
DQA	Diretiva Quadro da Água
DQEM	Diretiva-Quadro Estratégia Marinha
DGAM	Direção-Geral da Autoridade Marítima
EEA	Espaço Económico Europeu
ECHA	Agência Europeia dos Produtos Químicos
EDAS	Ecossistemas Dependentes de águas Subterrâneas
EFM	Empreendimento fins múltiplos
EMAS	Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria
ENAAAC	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
ENAR	Estratégia Nacional para um Ar Mais Limpo
ERAE	Entidade com Responsabilidades Ambientais Específicas
EEMA	Projeto Avaliação do Estado Ecológico das Massas de Água Costeiras e de Transição Adjacentes e do Potencial Ecológico das Massas de Água Fortemente Modificada
ECO.AP.	Programa de Eficiência Energética na Administração Pública
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos
FER	Fim do Estatuto de Resíduos
FPC	Fundo Português do Carbono
FIA	Fundo de Intervenção Ambiental
FPRH	Fundo de Proteção de Recursos Hídricos
GT	Grupo de Trabalho
HybCO2	<i>Hybrid approaches to assess economic, environmental and technological impacts of long term low carbon scenarios</i>
IGF	Inspeção-Geral de Finanças.
INE	Instituto Nacional de Estatística
IGAMAOT	Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

SIGLA	Designação
ICNB	Instituto da Conservação e Biodiversidade
INR	Instituto Nacional de Resíduos
INAG	Instituto da Água
IMPEL DECO	Project on decontamination and monitoring procedures of groundwater and soils in polluted ex-industrial sites
ISN	Instituto de Socorros a Náufragos
ISO	International Standardization Organization
INR	Instituto Nacional para a Reabilitação
LNEC	Laboratório Nacional Engenharia Civil
MAOTE	Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia
MFEED	Mecanismo Financeiro de Espaço Económico Europeu
MRFR	Mapa de Registo de Fluxos de resíduos
MTR	Movimento Transfronteiriço de Resíduos
MRRU	Mapa de Registo de Resíduos Urbanos
MIRR	Mapa Integrado de Registo de Resíduos
MSC	Comité dos Estados-Membros (MSC)
MSGRE	Member States Expert Group on Resource Efficiency
NICOLE	Network for Industrially Contaminated Land in Europe
NFP	Ponto Focal Nacional
NMC	Nível Máximo de Cheias
NRC	Centro de Referência Nacional
OE	Orçamento de Estado
OI	Organismo Intermédio
ONG	Organizações Não-Governamentais
OSPAR	Convenção para a Proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste
PAPVL	Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral
PEASAR	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais
PESGRI	Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Industriais
PERSU	Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos
PGRH	Plano de Gestão de Região Hidrográfica
PIC	Regulamento de Prévia Informação e Consentimento
PIN	Projetos de Potencial Interesse Nacional
PNA	Plano Nacional da Água
PNAC	Plano Nacional para as Alterações Climáticas
PNBEPH	Plano Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico
PNGR	Plano Nacional de Gestão de Resíduos
PNUEA	Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água
POOC	Planos de Ordenamento da Orla Costeira
POVT	Programa Operacional Valorização do Território
PREPARE	<i>Innovative Integrative Tools and Platforms to be Prepared for Radiological Emergencies and Post-accident Response in Europe</i>
PRTR	Pollutant Release and Transfer Register
PCIP	Prevenção e Controlo Integrados da Poluição
PDR	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020
QAI	Qualidade do Ar Interior
QEC	Quadro Europeu Comunitário
QREN	Quadro Referência Estratégico Nacional
RAC	Comité de Avaliação dos Riscos
RADNET	Rede de Vigilância em Contínuo da Radioatividade do Ar Ambiente
RAA	Relatório Ambiental Anual
RARU	Relatório Anual de Resíduos Urbanos
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
REAM	Relatórios do Estado do Ambiente de Macau
REA	Relatório do Estado do Ambiente
REACH	Registo, Avaliação, Autorização e Restrição de substâncias químicas
REGEE	Relatório Emissões de Gases com Efeito de Estufa
REAI	Regime do Exercício da Atividade Industrial
REAP	Regime do Exercício da Atividade Pecuária
RECAPE	Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução

SIGLA	Designação
RGGR	Regime geral da gestão de resíduos
REI	Regime de Emissões Industriais
RLIE	Regime de Licenciamento de Emissões Industriais
RSB	Regulamento de Segurança de Barragens
SAMA/COM	Sistema de Apoio à Modernização Administrativa
PETE	
SOER	Relatório Europeu do Estado do Ambiente
SIR	Sistema da Indústria Responsável
SIRAPA	Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente
SIRER	Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos
SILiAmb	Sistema Integrado para o Licenciamento Ambiental
SILOGR	Sistema de Informação do Licenciamento de Operações de Gestão de Resíduos
SEPNA	Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente
SEVESO	Prevenção de Acidentes Graves
SGMAOT	Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente e do

SIGLA	Designação
	Ordenamento do Território
SGSPAG	Sistema de Gestão de Segurança para a Prevenção de Acidentes Graves
SIG	Sistema de Informação Geográfico
TURH	Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos
SNIRH	Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos
SNPC	Sistema Nacional de Prevenção de Catástrofes
SPGS	Sistema de Previsão e Gestão de Secas
SVARH	Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos
TRH	Taxa de Recursos Hídricos
TGR	Taxa de Gestão de Resíduos
UNEP	<i>Sustainable Consumption and Production do United Nations Environment Programme</i>
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas para o Combate às Alterações Climáticas
URS	United Reserche España S.L.
ZER	Zonas Empresariais Responsáveis